

**FELIPE DALENOGARE ALVES
MARILENE CARNEIRO MATOS**

Manual de

Licitações e Contratos Administrativos

**Prefácio do Ministro
BENJAMIN ZYMLER**

De acordo com a Lei n. 14.133/2021,
a jurisprudência do TCU e os
regulamentos federais

saraiva  *jur*

- Os autores deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelos autores até a data da entrega dos originais à editora. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que compõem o livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificar de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Data do fechamento do livro: 01/09/2024

- Os autores e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2025 by

Saraiva Jur, um selo da SRV Editora Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11

Rio de Janeiro - RJ - 20040-040

- Atendimento ao cliente: <https://www.editoradodireito.com.br/contato>

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão escrita, da **SRV Editora Ltda.**

- Capa: Laís Soriano

Diagramação: Rafael Cancio Padovan

- **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR - CRB-8/9949

A474m Alves, Felipe Dalenogare

Manual de Licitações e Contratos Administrativos / Felipe Dalenogare Alves, Marilene Carneiro Matos. - São Paulo: Saraiva Jur, 2025.

232 p.

ISBN 978-85-5362-824-7

1. Direito administrativo. 2. Licitação. 3. Contratações públicas. 4. Serviços contínuos. 5. Agentes públicos. I. Matos, Marilene Carneiro. II. Título.

CDD 341.4

2024-2736

CDU 341.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito administrativo 341.4

2. Direito administrativo 341.4

Sumário

PREFÁCIO.....	IX
NOTA DOS AUTORES	XI
 CAPÍTULO 1	
CONCEITO	1
 CAPÍTULO 2	
NORMATIZAÇÃO APLICÁVEL	3
 CAPÍTULO 3	
INTRODUÇÃO AO MARCO NORMATIVO LICITATÓRIO E CONTRATUAL ESTABELECIDO PELA LEI N. 14.133/2021	7
 CAPÍTULO 4	
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES À APLICAÇÃO DA LEI N. 14.133/2021	9
4.1. Destinatários da licitação	9
4.2. Contratações públicas realizadas no exterior	10
4.3. Objeto das licitações realizadas pela Lei n. 14.133/2021	10
4.4. Tratamento favorecido às ME e EPP	10
4.5. Princípios da licitação e da contratação pública	13
4.5.1. Princípio da legalidade, da vinculação ao edital e do jul- gamento objetivo	14
4.5.2. Princípio da impessoalidade, da igualdade e da compe- titividade	15
4.5.3. Princípio da publicidade e da transparência	16
4.5.4. Princípio do interesse público, da moralidade e da pro- bidade administrativa	16
4.5.5. Princípio do planejamento, da eficiência, da eficácia, da celeridade e da economicidade	17
4.5.6. Princípio da segurança jurídica e a observância às dis- posições da LINDB	19

4.5.7.	Princípio da razoabilidade, da proporcionalidade, da motivação.....	20
4.5.8.	Princípio do desenvolvimento nacional sustentável.....	21
4.5.9.	Princípio da segregação de funções.....	21
4.6.	Principais definições à aplicação da Lei n. 14.133/2021.....	22
4.6.1.	Bens e serviços comuns.....	23
4.6.2.	Serviços e fornecimentos contínuos.....	24
4.6.3.	Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.....	25
4.6.4.	Serviços não contínuos ou contratados por escopo.....	26
4.6.5.	Obra.....	27
4.6.6.	Serviço de engenharia.....	27
4.7.	Agentes públicos atuantes em Licitações e Contratos.....	28
4.7.1.	Requisitos gerais e específicos aos agentes atuantes em Licitações e Contratos.....	30
4.7.2.	Possibilidade de utilização da comissão de contratação para obras e serviços de engenharia.....	36
4.7.3.	Possibilidade de contratação de profissionais especializados para auxiliar os agentes públicos.....	37
4.7.4.	Defesa judicial e extrajudicial dos agentes atuantes em licitações e contratos.....	37

CAPÍTULO 5

	PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS À EXECUÇÃO DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS.....	41
5.1.	Modalidades de licitação.....	41
5.1.1.	Pregão.....	41
5.1.2.	Concorrência.....	42
5.1.3.	Concurso.....	42
5.1.4.	Leilão.....	43
5.1.5.	Diálogo competitivo.....	44
5.2.	Fases do processo licitatório.....	46
5.2.1.	A fase preparatória.....	46
5.2.1.1.	O Plano de Contratações Anual.....	46
5.2.1.2.	O Documento de Formalização da Demanda ...	50
5.2.1.3.	O Estudo Técnico Preliminar.....	51
5.2.1.4.	A pesquisa de preços.....	55
5.2.1.5.	O mapa de riscos.....	58
5.2.1.6.	O Termo de Referência.....	60
5.2.1.7.	O anteprojeto.....	62

5.2.1.8.	O projeto básico	63
5.2.1.9.	O projeto executivo.....	65
5.2.1.10.	O edital de licitação	66
5.2.1.10.1.	Cláusula sobre programa de integridade	67
5.2.1.10.2.	Cláusula de reajustamento de preço	67
5.2.1.10.3.	Cláusula sobre licenciamento ambiental e desapropriação	68
5.2.1.10.4.	Cláusula para o aproveitamento local e desenvolvimento social	68
5.2.1.10.5.	Cláusula para o desenvolvimento nacional sustentável mediante margem de preferência.....	68
5.2.1.10.6.	Cláusula com medidas de compensação	69
5.2.1.11.	O parecer jurídico	69
5.2.2.	A fase de divulgação do edital de licitação	72
5.2.2.1.	Meios de divulgação do edital	72
5.2.2.2.	Prazos mínimos de divulgação.....	74
5.2.3.	A fase de solicitação de esclarecimentos e impugnação ao edital	75
5.2.4.	A fase de apresentação das propostas e lances	76
5.2.5.	A fase de julgamento das propostas	78
5.2.5.1.	Critérios objetivos de julgamento das propostas.....	79
5.2.5.1.1.	Critérios de julgamento menor preço ou maior desconto	79
5.2.5.1.2.	Critérios de julgamento melhor técnica ou conteúdo artístico e técnica e preço	81
5.2.5.1.3.	Critério de julgamento maior retorno econômico.....	81
5.2.5.1.4.	Critério de julgamento maior lance	82
5.2.5.2.	Critérios para desclassificação das propostas.	82
5.2.5.2.1.	A possibilidade de desclassificação da proposta por não atendimento de marca ou modelo	85
5.2.5.2.2.	A possibilidade de diligência para verificação da compatibilidade do objeto licitado com a proposta apresentada	86

5.2.5.3.	Critérios para o desempate das propostas	87
5.2.5.4.	A negociação da proposta.....	88
5.2.6.	A fase de habilitação das licitantes	89
5.2.6.1.	A habilitação jurídica.....	89
5.2.6.2.	A habilitação técnica.....	89
5.2.6.3.	As habilitações fiscal, social e trabalhista.....	92
5.2.6.4.	A habilitação econômico-financeira	92
5.2.6.5.	Declarações complementares.....	93
5.2.6.6.	A comprovação documental na habilitação.....	94
5.2.6.7.	As hipóteses de dispensa da documentação de habilitação.....	94
5.2.6.8.	Hipóteses de substituição da documentação...	95
5.2.7.	A fase recursal.....	96
5.2.8.	A fase de encerramento.....	97
5.2.8.1.	O despacho saneador	97
5.2.8.2.	A adjudicação e a homologação da licitação	97
5.2.8.3.	A revogação e a anulação da licitação.....	98
5.3.	Licitações para compras	99
5.4.	Licitações para obras e serviços de engenharia.....	100
5.4.1.	Regimes de execução das obras e serviços de engenharia	101
5.4.1.1.	Empreitada por preço unitário e por preço global	102
5.4.1.2.	Empreitada integral.....	104
5.4.1.3.	Contratação por tarefa.....	104
5.4.1.4.	Contratação integrada e semi-integrada.....	104
5.4.1.5.	Fornecimento e prestação de serviço associa- do	105
5.5.	Licitações para serviços em geral.....	106
5.6.	Licitações para serviços de dedicação exclusiva ou predomina- nte de mão de obra	107
5.7.	Licitações para serviços de tecnologia de informação	108

CAPÍTULO 6

PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES REFERENTES AOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	109
6.1. As prerrogativas contratuais da Administração.....	109
6.2. A formalização dos contratos	110
6.2.1. A excepcionalidade do contrato verbal.....	110
6.2.2. As cláusulas necessárias do contrato administrativo.....	114

6.2.3.	A prerrogativa de foro para as controvérsias contratuais.....	115
6.2.4.	A obrigatoriedade do instrumento contratual.....	115
6.2.5.	A eficácia do contrato administrativo.....	115
6.3.	As garantias contratuais.....	116
6.3.1.	O valor da garantia.....	117
6.3.2.	O seguro-garantia ordinário.....	118
6.3.3.	O seguro-garantia com cláusula de retomada (performance bond).....	118
6.4.	A alocação de riscos.....	119
6.5.	A duração contratual.....	120
6.6.	A execução e fiscalização contratual.....	121
6.7.	A alteração contratual.....	123
6.7.1.	Alterações unilaterais.....	123
6.7.2.	Alterações por acordo entre as partes.....	124
6.7.2.1.	Reequilíbrio econômico-financeiro em sentido estrito (revisão).....	124
6.7.2.2.	Reajustamento e repactuação.....	130
6.7.2.3.	Vedação à alteração contratual na contratação integrada ou semi-integrada.....	132
6.8.	O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual.....	133
6.9.	O pagamento contratual.....	134
6.9.1.	Alteração excepcional na ordem de pagamento.....	134
6.9.2.	Obrigações de pagamento contratual incontroverso.....	134
6.9.3.	A possibilidade de estabelecimento de remuneração variável por desempenho.....	134
6.9.4.	O pagamento em conta vinculada.....	135
6.9.5.	A possibilidade excepcional de antecipação do pagamento.....	135
6.10.	A extinção contratual.....	135
6.10.1.	Hipóteses de extinção contratual.....	136
6.10.2.	Efeitos da extinção contratual por culpa da Administração....	137
6.10.3.	Medidas acauteladoras decorrentes da extinção contratual....	138
6.11.	A anulação contratual.....	138
6.11.1.	Teste de verificação (checklist) do interesse público.....	139
6.11.2.	Efeitos da anulação contratual.....	139
6.11.3.	Modulação dos efeitos anulatórios.....	140
6.12.	As esferas de responsabilização do contratado.....	140
6.12.1.	A responsabilização administrativa.....	140
6.12.1.1.	As infrações administrativas.....	140
6.12.1.2.	Sanções administrativas.....	141

6.12.1.3. O processo administrativo de responsabilização (PAR)	142
6.12.1.4. Parâmetros à fundamentação da decisão sancionadora	144
6.12.1.5. A possibilidade de reabilitação	145
6.12.1.6. A prescrição da pretensão sancionadora	145
6.12.1.7. A desconsideração da personalidade jurídica	146
6.12.2. A responsabilização civil da contratada	146
6.12.3. A responsabilização trabalhista e previdenciária	147

CAPÍTULO 7

PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS CONTRATAÇÕES DIRETAS..... 149

7.1. O processo de dispensa e inexigibilidade de licitação	150
7.2. A inexigibilidade de licitação	151
7.2.1. A inexigibilidade por exclusividade	152
7.2.2. A inexigibilidade para profissional do setor artístico	153
7.2.3. Inexigibilidade para serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual	154
7.2.4. Da inexigibilidade para locação ou aquisição de imóveis	156
7.2.5. Da inexigibilidade decorrente de credenciamento	157
7.3. A dispensa de licitação	158
7.3.1. A dispensa em razão do valor	159
7.3.2. A dispensa em razão de licitação deserta ou frustrada ...	160
7.3.3. A dispensa em razão do objeto	160
7.3.4. Demais hipóteses de dispensa de licitação	162

CAPÍTULO 8

PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES 165

8.1. O credenciamento	165
8.2. A pré-qualificação	174
8.3. O procedimento de manifestação de interesse	175
8.4. O Sistema de Registro de Preços	176
8.5. O registro cadastral	187

CAPÍTULO 9

PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS ÀS ALIENAÇÕES DE BENS PÚBLICOS 189

9.1. Desafetação	189
------------------------	-----

9.2. Interesse público, avaliação prévia, autorização legislativa e licitação	189
9.3. Os casos de licitação dispensada à alienação de bens públicos.....	190
9.3.1. Licitação dispensada para alienação de bens imóveis.....	190
9.3.2. Licitação dispensada para alienação de bens móveis.....	192
9.4. Doação com encargo.....	192

CAPÍTULO 10

O CONTROLE DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	195
--	------------

10.1. A previsão constitucional de sustação de atos e contratos pelos Tribunais de Contas.....	195
10.2. A adoção de medidas cautelares pelos Tribunais de Contas.....	195

REFERÊNCIAS	199
--------------------------	------------